



**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONVERSAS SOBRE RELAÇÕES  
RACIAIS E EDUCAÇÃO**

CORENZA, Janaína de Azevedo. **Formação inicial de professores: conversas sobre relações raciais e educação**. Curitiba, Appris, 2018.

Andrisson Ferreira da Silva<sup>1</sup>

Beatriz Domingos da Silva<sup>2</sup>

Danilo Rodrigues do Nascimento<sup>3</sup>

Elivelton Silva de Lima<sup>4</sup>

A autora Janaína de Azevedo Corenza possui graduação em Pedagogia e especialização em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), também é doutora em Ciências Humanas, pelo qual sua tese se transformou na presente obra que temos por objetivo trazer a presente resenha. O Livro: “Formação Inicial de professores: conversas sobre relações raciais e educação” é resultado de uma pesquisa de doutorado realizado na PUC-Rio, sendo formado a partir da necessidade da autora de se aprofundar nas questões de relações raciais e também na educação.

Janaína foi professora da educação básica por vinte anos, no estado do Rio de Janeiro e foi onde percebeu a deficiência na formação inicial de professores para trabalhar acerca das relações raciais. A metodologia utilizada leva em consideração uma maior interatividade com o autor, pelo que a escritora denomina pelo termo “conversas”. A leitura do livro não se torna nada dificultoso, há fácil entendimento, pois, a metodologia utilizada possibilita.

A introdução já tem início com (MUNANGA, 2010) que defende a diversidade cultural brasileira, cujas culturas africanas e indígenas devem ocupar o mesmo espaço das demais, pois juntas compõem a memória coletiva, memória que precisa ter resguardada o cultivo e a conservação por meio do sistema de ensino. E nessa introdução é apresentada a Lei

---

<sup>1</sup>Acadêmico do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Acre. Pesquisador no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [andrissonnf@gmail.com](mailto:andrissonnf@gmail.com).

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Acre. Pesquisadora no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [beatrizufac@gmail.com](mailto:beatrizufac@gmail.com).

<sup>3</sup>Acadêmico do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Acre. Pesquisador no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [negogato64@gmail.com](mailto:negogato64@gmail.com).

<sup>4</sup>Acadêmico do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Acre. Pesquisador no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [eliveltonsilvadelima@gmail.com](mailto:eliveltonsilvadelima@gmail.com).



10.639/2003, que é a peça fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho, uma vez que, a autora vai ter por método a pesquisa da formação inicial de professores com o preparo embasado na lei que garante o ensino das histórias renegadas no Brasil (BRITO, 2009).

Também é abordado na construção desta introdução para o decorrer do livro, que defende que a referida legislação é configurada como um instrumento de luta, pois ela confronta as ideologias dominantes e é implantada em meio a um debate sobre implantação de políticas afirmativas para a classe social para os mais pobres que é onde entrará os afrodescendentes. E nesses meandros onde é defendido que o professor reconheça os múltiplos fatores que permeia a diversidade para que não efetivar a manutenção de uma “história unilateral”.

A autora em seu primeiro capítulo desenvolve sobre a urgência de se trabalhar com a referida lei uma vez que com sua experiência na educação básica lhe proporcionou esse entendimento, e defende também a importância da escola deva contemplar como estratégias pedagógicas a valorização da diversidade onde é dentro desta que entra o ensino das relações raciais.

Entendendo por concluído a introdução do livro, a escritora intitula ao primeiro capítulo: “Por que provocar conversas sobre relações raciais e educação? ”. Logo, a autora destaca o interesse pela temática advindo enquanto professora da educação básica onde trabalhou com turmas do segmento no ensino fundamental na educação de jovens e adultos na capital carioca. A autora destaca a quantidade de negros retornastes ao sistema educacional pelo elevado nível de desistência pelos diversos fatores sociais como a gravidez, trabalho antes do tempo, dificuldade de aprendizado, e ainda, enfatiza que essas aprendizagens deficitárias são decorrentes de um currículo que não valoriza as múltiplas culturas dentro do contexto da educação da população negra. Quanto a isso, Corenza referência (GOMES, 2007) que destaca o desafio aos quais as escolas privadas quanto públicas têm de realizar uma “revisão de posturas” destacando que não é porque apenas faz parte do compromisso social, mas também para combater ao racismo e a discriminação.

Foi a partir desse entendimento de que o contexto social é desigual que Janaína revela sua experiência com demais professoras, que em parceria desenvolveram trabalhos visando à valorização do negro na história. E, no desenvolvimento dessas atividades a autora destaca uma resistência quanto ao falar dessas temáticas referentes às suas visões estereotipadas. E através disso foi possível compreender a dificuldade de reconhecer-se quanto como negro. É



neste ponto que a mesma destaca que seu discurso se construía na intenção de rever tais visões e possibilitar novas aprendizagens, ressaltando a ausência da temática étnico-racial o que caracteriza ainda, de acordo com a autora, um processo de exclusão escolar.

A África não se limita ao senso comum, que é construído pelas mídias e até mesmo os livros didáticos, e para trabalhar com esses jovens era importante pautar o estudo sobre o Continente Africano e os africanos. Apesar da busca de desenvolvimento desses movimentos as professoras com pouco tempo trabalharam nas brechas do currículo e até mesmo sem o engajamento da escola, mas o que não impediu de corroborar para um novo olhar dos alunos quanto à temática negra.

Todavia, sobre a formação inicial, a autora destaca a sua, na qual uma lacuna foi deixada, sobretudo, no curso de Pedagogia, pois não havia ainda no ano de 1990 uma legislação que assegurasse esse ensino. A partir daí é que Janaína Corenza passa levantar questionamentos: as questões de relações raciais permeiam o processo formativo do pedagogo; Como a Lei 10.639/2003 é aplicada nos cursos de pedagogia? Qual a contribuição teórica e prática desse debate na formação inicial? Quais as disciplinas que trabalham tal temática no curso? Essas disciplinas contribuem na reelaboração de conceitos?

Foi a partir de então que a autora busca o entendimento dos professores futuros ingressos, na busca por um entendimento sobre a realidade das pesquisas em que ela fez, preocupar-se para que as questões de relações raciais estejam presentes no curso. E no que tange a isso, a autora irá levantar o questionamento de que há uma lacuna considerável sobre a união da formação inicial de professores com as problemáticas raciais.

Após estas ressalvas a autora Corenza dá início ao seu segundo capítulo intitulando-o “Para início de conversa: retrato das pesquisas sobre relações raciais entrelaçadas à educação” onde a mesma faz um levantamento de pesquisas acadêmicas mediante a questionamentos suscitados, tais quais: **“Quais discussões vêm sendo travadas? Quais referenciais vêm sendo construídos? Quais temas estão em foco? Quais narrativas são desenhadas?”** Sendo assim, a autora passa a pesquisar produções acadêmicas voltadas as questões das relações raciais a partir da implementação da Lei 10.639/2003, com enfoque exclusivo ao curso de Pedagogia.

Portanto, quatro fontes de pesquisas tornam-se instrumentos de sua pesquisa para análise da autora, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (**Anped**), o Banco de Teses e dissertações do Portal da Coordenação de aperfeiçoamento de



Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ainda na plataforma Scientific Electronic Library Online (**Scielo**) e por fim, a última plataforma de sua pesquisa se efetivou na Revista da Associação Nacional de pesquisadores (as) negros(as), (**Abpn**). Portanto, é nesse trajeto que autora passa a ler os resumos pelos quais ela os encontrou a partir das palavras-chave: “**Formação de professores; Formação docente; Formação inicial ou Pedagogia**” ligada às relações raciais; multiculturalismo e a Lei 10.639/2003.

A análise pela Anped inicia-se pesquisando os trabalhos e pôsteres nos grupos de trabalho “Formação de professores” e “Educação e relações Étnico racial” desde ao ano de 2003 até o ano de 2017, sendo assim, a autora tabeliza os dados obtidos.

Portanto, no grupo “Formação de Professores” apesar do total de 315 trabalhos e 107 pôsteres não é encontrado nenhum dentre eles com as palavras-chave já mencionadas aqui. Logo, a explicação se dá pelo fato de as produções estarem sendo veiculadas em outro grupo de trabalho, o GT 21: “Educação e relações étnico-raciais”, onde do total de 213 trabalhos apresentados 6 foram encontrados e dos 56 pôsteres 6 achou-se através das palavras-chave. A conclusão referente aos dados da Anped é de que dos 268 trabalhos apresentados nestes anos desde a implementação da lei apenas 3% se configuraram dentro da perspectiva de formação inicial de professores. Mas, a autora destaca a diversa quantidade de trabalhos encontrados sobre a temática na educação básica, no que Corenza (2014) vai dizer que eles aparecem “exaustivamente”.

Todavia, ainda que não seja o foco de seu estudo, a autora fornece os dados de trabalhos desenvolvidos na educação básica, mas antes, enfatiza que os trabalhos desenvolvidos nesse âmbito estão restritos a eventos isolados sem uma mudança efetiva no currículo. Sendo assim, os trabalhos desenvolvidos a partir dessa temática foram analisados a partir do grupo de trabalho “Educação e relações étnico-raciais” onde desta vez, do total de 224 trabalhos apresentados 69 são referentes as palavras-chave das pesquisas anteriores. Uma diferença notória quanto à formação inicial.

Portanto, a conclusão nesta parte do trabalho é de que as discussões na Anped estiveram voltadas notoriamente à educação básica e reforça a necessidade de saber a razão das poucas pesquisas na formação inicial.

Já na plataforma **Capes**, a autora Janaína não pôde pesquisar os anos anteriores a 2010 por restrição da própria plataforma, foi pesquisado assim, dissertações e teses já concluídas na área de conhecimento “Educação” tendo em vista os estudos somente nos programas de



“Educação no Brasil. Mais uma vez a autora constata o olhar voltado grandemente para educação básica a partir da análise de suas pesquisas. As pesquisas que realizadas através da busca pelas palavras-chave: “Multiculturalismo”; “Lei 10.639/03” e “Relações raciais” somaram 129 trabalhos, e dentre eles 4 estavam voltados a formação inicial de professores no curso de pedagogia.

Ainda no decorrer de sua pesquisa a Doutora Janaína pesquisa então na coleção da biblioteca da plataforma Scielo, onde no montante de 139 artigos foram encontrados apenas 3 que tratavam sobre o “Multiculturalismo” e 1 sobre a “Lei 10.639/2003”. Todavia, mais uma vez a formação inicial de professores sai em desvantagem se comparado a outras ramificações dentro da Lei, no que refere a isso, uma lacuna é deixada pelos pesquisadores.

A partir de então, a autora passa a fazer uma análise das produções encontradas analisando primeiro os trabalhos e pôsteres da **Anped**, logo após dissertações e teses na base de dados da Capes e artigos científicos disponíveis no Scielo, Portanto, sobre os encontrados na Anped ela aborda rapidamente Siss (2005), Gonçalves e Solingo (2006), Jonoário, Oliveira e Silva (2010) e Ferreira (2015), ambos abordam a formação inicial docente em seus trabalhos.

O portal **Capes** se torna o novo objeto de análise Ele discorre sobre os autores Wison (2011), Souza (2011), Teixeira (2011) e Melo (2012) todos os autores creditam seus esforços para discorrerem no tocante as relações raciais e formação inicial de professores.

Na Revista **ABPN**, dentre as quinze revistas publicadas entre 2010 e 2015 170 artigos foram encontrados, 29 tratavam de discussões sobre a Lei 10.639/2003 e apenas quatro problematizavam a formação inicial de professores.

3.1 A partir deste ponto que se começa a tratar sobre conceitos, o objetivo é discutir o conceito de Currículo e neste trajeto a autora utiliza embasamento em Silva (2013) trazendo o entendimento quanto ao conceito de currículo, ela busca então conhecer as teorias, e, talvez pensar e revisar algumas questões. Destaca, então, a ligação do currículo com o poder, à luz De Silva ela retrata as questões sobre a teoria tradicional, crítica e pós-crítica do currículo.

A partir desta explanação que a autora afirma trabalhar na concepção da teoria crítica do currículo por acreditar que é uma teoria que possibilita reflexão sobre as questões elencadas. Logo, o currículo pautado na dinâmica de classe não será benéfico, pois as relações de desigualdade vão além, devendo perpassar relações de gênero, raça e etnia, é neste tópico que ela vai discorrendo sobre conceito de currículo. Então é apresentado Sacristã (2000) para



fortalecer os conceitos, que vai definir o currículo como uma construção cultural. Daí Corenza conclui sua própria definição de currículo, na qual ele define a intenção educacional das instituições e dos grupos sociais. A autora recorre a isso, como pressuposto para a análise das ementas curriculares dos cursos de pedagogia. A partir de então traz outras discussões com o subtópico intitulado: “Relações raciais e educação: alguns apontamentos históricos”.

O leitor é convidado a compreender o melhor caminho no debate das relações raciais até aos dias atuais. Logo, começa a explicitação acerca deste caminho, pelo qual, o Movimento Negro travou muitas lutas. Sendo assim, Janaína utiliza Gonçalves e Silva (2000) para percorrer esse trajeto. Chega-se então ao Brasil Colônia, onde as crianças negras eram restritas à educação.

E a partir do século XIX se começa uma preocupação com a instrução das camadas populares, estratégias para instruções públicas foram criadas, contudo, não contemplavam a todos, os cursos noturnos criados foram reservados exclusivamente aos homens brancos e vetada aos escravos, aceitando negros livres ou libertos raramente. E, apesar da Lei do Ventre Livre de 1871, que garantia a educação dos filhos de escravos nascidos a partir desse período, a sua efetivação não se completava, o estado não fiscalizava a concretização das leis.

Nessa trajetória elenca-se ainda a desqualificação da mão de obra negra, a “europeização” dava espaço para a “ideologia da vadiagem” imposta aos negros na tentativa busca de desmoralização. Corenza recorre a Gonçalves e Silva (2000), Andrews (1998), Domingues (2008) para retratar sobre as lutas do movimento negros desde o período posterior a abolição onde as entidades organizadas surgiram na tentativa de empoderamento do negro mediante ao sistema excludente desde o Brasil Colonial.

As lutas foram empenhadas em progredir socialmente para que tivesse assim progresso quanto aos saberes, para que a população negra se preparasse para ocupar espaços de poder na sociedade. Chega a ser citado nesta parte da obra a iniciativa de Francisco José de Oliveira, o criador do “colégio” São Benedito, em 1902, voltado para a alfabetização dos filhos dos negros e mulatas. Nessa perspectiva educacional, a autora cita diferentes organizações criadas para as lutas contra os direitos desiguais e inclusive o racismo, dentre essas organizações: Frente Negra Brasileira (FNB), Federação Paulista dos Homens de Cor, Teatro Experimental do Negro, União dos Homens de Cor, Conselho Nacional das mulheres negras, Frente Negra Trabalhista, Associação Cultural do Negro, Comitê Democrático Afro-Brasileiro e Movimento Negro Unificado.



A justificativa se dá na questão de fortalecer o entendimento do verdadeiro motivo de homens e mulheres negras viverem em situação de vida precária no Brasil e que essas organizações fortaleceram a busca pelo término da discriminação racial.

Ademais, no subtítulo: “*Definição de conceitos que atravessam as relações raciais*” a autora aborda a definição de conceitos, que se torna de grande utilidade para os pesquisadores e até mesmo professores que desejam trabalhá-los em sala de aula. Tais conceitos de extrema relevante se encontram presentes diariamente em nosso vocabulário, contudo, saber a definição é o problema de muitos. Tais conceitos são: raça, etnia, étnico/racial, racismo, racismo individual, racismo institucional, etnocentrismo, preconceito racial, discriminação racial, e ações afirmativas, sendo que os conhecimentos elencados sobre tais conceitos implicam no conhecimento das trajetórias da legalidade da Lei 10.639/2003 e também dos termos elencados em torno das relações raciais.

No subtítulo “*Formação de professores*” a autora revela que era a parte na qual tem a intenção de explorar com mais profundidade onde defende que o currículo da formação inicial deve abarcar a lei.

A partir de então ela destaca três pesquisadores – Francisco Thiago Silva (2014), Canen e Xavier (2005) que defendem a formação de professores para atuarem no contexto multicultural, articulando ensino e pesquisa para que se formem docentes capazes de transformarem o cotidiano escolar.

Abordando sobre o subtítulo “*Documentos Legais*” que embasam as questões das relações raciais na educação a autora destaca as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de pedagogia, Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação e Resolução nº 1 de 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e também para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

### **CONVERSAS COM AS INSTITUIÇÕES FORMADORAS: O QUE ELAS OFERTAM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO?**

Na obra, Corenza (2014) afirma que o estado do Rio de Janeiro dispõe-se de seis instituições públicas que ofertam os cursos de pedagogia na modalidade presencial, porem



somente cinco foram investigadas por uma delas não ter em sua página institucional os dados sobre o Projeto Político Pedagógico. Durante a pesquisa das cinco instituições, duas delas não ofertavam cursos que contemplasse a lei 10.639/2003, trazendo ao leitor os dados destas poucas disciplinas, ressaltando o sigilo que a mesma durante a investigação teve para com as instituições.

### **RELAÇÕES DE DISCIPLINAS QUE TRATAM DAS QUESTÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUE OFERTAM CURSO DE PEDAGOGIA**

Ao apresentar os dados sobre as ementas ofertadas por esses cinco cursos de pedagogia presencial retratando alguns dos principais pontos observados, como mesmo que as ementas relacionadas ao estudo étnico-racial sejam ofertadas nas mesmas instituições, tinham formatos variáveis de conteúdo. Outro ponto identificado foi que a maioria destas ementas não tinham essas matérias como requisitos e que seriam apenas optativas, fazendo com que essas disciplinas se tornassem somente optativas/eletivas, ao querer dos próprios alunos.

A obrigatoriedade da lei 10.639/2003 que trata das questões das relações raciais e educação onde a autora destaca o fato importante sobre as diferentes “cargas teóricas” ou “fundamentações” que estes profissionais teriam ao se tornarem futuros professores. Utilizando-se de Arroyo (2007) apesar de todos esses dados que lhes saltavam aos olhos, afirma ter um determinado avanço na incorporação nos currículos Pedagógicos e Licenciaturas os conhecimentos das questões multirracial, mesmo que timidamente.

Quando se encontram expostos conteúdos que trazem um olhar novo e que agora vem para valorizar e visibilizar as questões já tão inferiorizadas e silenciadas e até mesmo negadas nas salas de aulas, durante e após as suas formações, esses elementos mesmo que de forma tímida contribuem para os momentos de se construir os currículos que servira como base na formação destes futuros professores, apesar de deixar visível a variedade de conteúdo, por um lado o que não seria muito positivo se torna por acabar promovendo, mesmo que não igualmente, importantes reflexões.

Fazendo menção a Sacristan (2008), que fala sobre as formas com que o ambiente escolar se posiciona enquanto “seletor” de assuntos, e como o sistema educativo utiliza-se da





forma e do discurso das escolhas sociais, dos determinados interesses sobre conteúdos, uns mais visibilizados e considerados que outros.

## **RELAÇÕES RACIAIS NOS CURRÍCULOS: AUSÊNCIA E PRESENÇA NA PEDAGOGIA**

Ao fazer uma análise sobre a ausência e a presença das relações raciais, Janaína Corenza destaca duas instituições, sendo uma que não apresenta disciplina obrigatória, porém apresenta cinco disciplinas eletivas relacionadas ao tema racial de alguma forma, mesmo apresentando também alguns fatos de delimitações em seus horários de ofertas e que nem todas estão disponibilizadas aos estudantes, e a partir desse desenho, continua-se a provocar a reflexão a respeito das Relações raciais e agora como os currículos tratam, de fato a temática. A outra instituição oferta uma disciplina obrigatória, cuja ementa trata de forma explícita a lei 10.639/2003 e apresenta seus desdobramentos.

No subtítulo que trata sobre a *“Análise dos projetos pedagógicos de cursos das instituições que já fazem parte da conversa”*, é que se faz necessário, a partir de pequenos recortes dos PPC de ambas as instituições, fazendo o uso da leitura dos objetivos, funções, as articulações que são indispensáveis na atuação e formação desses profissionais.

## **UM RETRATO DOS FUTUROS PROFESSORES FORMADOS NA PEDAGOGIA**

Já no capítulo seguinte da obra Corenza (2014) faz alguns questionamentos que buscam saber quem são esses estudantes de pedagogia dessas instituições. Com a utilização de questionários para fazer entrevistas a autora obteve alguns resultados, os mesmos descritos posteriormente no tópico *“Análise dos dados colhidos na aplicação do questionário na Instituição formadora A”*, com os dados de faixas etárias determinadas em quatro tipos de recortes, o sexo, seguindo os critérios do IBGE, a autodeclaração destes estudantes, tipos de moradias e renda familiar dos entrevistados.

Posteriormente o questionamento sobre a escolha das universidades e influencias que possam ter ocorrido, dentre elas haviam opções a serem marcadas e posteriormente foram



analisadas além da utilização de uma pergunta importante para o estudo, onde se questionava; *“Na universidade há oferta de 5 disciplinas de caráter eletivo que tratam de questões raciais e educação. Quais eletivas você cursou?”*, além de alguns outros questionamentos relacionadas a lei 10.639/2003 e a sua aplicabilidade. Todas as respostas obtidas na “Instituição Formadora A” foram analisadas e trouxeram vários resultados ao qual a autora vai dialogando na obra.

E da mesma forma que na “Instituição Formadora A” ocorrem a *“Análise dos dados colhidos na aplicação do questionário na Instituição formadora B”*, e que assim como na primeira instituição ocorreu a análises dos dados coletados.

### **A ESCUTA RELEVADA: ENCONTROS E DESENCONTROS**

Neste capítulo a autora utiliza as falas dos entrevistados para serem exploradas no sentido de renderem discussões sobre a formação inicial e a relações raciais. Problematicando a questão da turma que tem o acesso a essas disciplinas em relação as que não tem, para poder identificar e compreender as aprendizagens que esses estudantes recebem, assim como relacionar e agregar elementos que melhorem e sirvam de propostas a serem inseridas nas formações iniciais de professores.

Forma 19 perguntas expostas nos questionários, o que rende muitos dados analisados, além a utilização de dois casos verídicos de racismo, onde buscou-se alcançar o posicionamento desses futuros professores sobre as duas situações, a atenção que é dada a essas disciplinas dentro dos cursos e nas instituições, até mesmo questões do não cumprimento das ementas pelos professores.

A respeito dessas conversas e falas dos entrevistados algumas perguntas bases regem os subtítulos do capítulo “A escuta revelada: encontros e desencontros, como: *“Conhecimentos sobre a lei 10.639/2003”* e neste tópico em que alguns entrevistados falam sobre a seu primeiro contato com a lei, onde foi, o que ouviu, e ocorrendo a divisão, com respostas da **Instituição A** Sobre a Lei 10.639/2003, e da **Instituição B**. Outra pergunta sobre *“Conhecimento sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira e/ao conceito que envolve Relações raciais”* onde a autora busca identificar os conhecimentos obtidos por esses estudantes e egressos, com as análises separadas das instituições.



Sobre o “*Conhecimentos sobre os possíveis impactos da Lei 10.639/ 2003 na Escola de Educação Básica*” considerando os conhecimentos dos entrevistados e os possíveis impactos que a Lei 10.639/2003 na educação básica. Pergunta sobre o “*Conhecimento sobre o Plano Nacional da diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (PNDCN)*” e retratado pela autora que os entrevistados de ambas as instituições “A” e “B” desconhecem e que no máximo alguns podem ter ouvido falar, e as falas deixam essa questão mais explícita.

Pergunta sobre a “*Participação em grupo de pesquisas e/ou eventos que tratem sobre Relações raciais*” onde há falas sobre a participação destes em atividades como as de extensão, encontros da pedagogia, palestras no sindicato de professores e, por fim, um depoimento sobre eventos que acontecem no curso de psicologia, feiras e as atividades promovidas por um grupo de pesquisa acontece no turno das aulas. Sobre a “*Perspectivas e práticas de combate ao racismo na escola*” e os entrevistados de ambas instituições fazem proposta relacionadas ao tema de ações voltadas para a prática pedagógica.

### **CONVERSAS QUE NÃO TERMINAM POR AQUI: A FORMAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS E PEDAGOGIA**

Os relatos registrados dos estudantes que se prontificaram a colaborar com o debate indicam outras variáveis, além da oferta de disciplinas. A realização de eventos, a presença de um grupo de pesquisa que trata das Relações raciais e a participação em um espaço diversificados, como congressos, fóruns, férias e palestras que focam no tema das Relações raciais foi analisada como meio de acesso à aprendizagem sobre o tema e que a fórmula na minha avaliação, podem e devem ser ampliadas.

Logo, podemos destacar que a obra é um excelente referencial teórico para que professores ou futuros professores se fortaleçam na temática das relações raciais, inclusive no ensino superior, que é ainda mais fundamental, pois, vai passar para todas as extensões educacionais.